



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681167 - SC (2021/0225095-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : OSMAR GERONCIO NERIS
ADVOGADO : OSMAR GERONCIO NERIS - SC042279
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ALEX JUNIOR GRODERES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEX JUNIOR GRODERES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5027726-83.2021.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante por ter supostamente cometido os crimes tipificados no art. 33, *caput* da Lei n. 11.343/06 e no art. 12 da Lei n. 10.826/03, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva do paciente teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, com base em argumentos genéricos, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que o paciente faria jus ao recolhimento domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista ser portador de asma, estando inserido no grupo de risco da covid-19.

Afirma ser possível a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, ainda que mediante a incidência de providências cautelares mais brandas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante deixou de juntar cópia do decreto de prisão e do inteiro teor do acórdão impetrado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópias do decreto de prisão e do inteiro teor do acórdão impetrado.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente